

O ECOFEMINISMO E SEUS COMPANHEIROS DE JORNADA. CINCO CHAVES PARA UMA RELAÇÃO POSITIVA COM O ECOLOGISMO, O ECOSSOCIALISMO E O DECRESCIMENTO¹²

ECOFEMINISM AND ITS FELLOW TRAVELERS. FIVE KEYS TO A POSITIVE RELATIONSHIP WITH ENVIRONMENTALISM, ECOSOCIALISM AND DE-GROWTH

RESUMO

Frente ao cenário sinistro do niilismo consumista, dos fundamentalismos religiosos e da globalização neoliberal exploradora e ecologicamente suicida, os novos movimentos sociais devem apoiar-se e reforçar-se mutuamente. No presente texto de Alicia H. Puleo, traduzido ao português com a proposta de aproximação aos conceitos e reflexões da filósofa e crítica ecofeminista, vemos o pensamento e a práxis verdes como os caminhos rumo a outro mundo possível. Tenhamos sempre presentes os cinco obstáculos que é preciso superar: mulheres invisíveis, emancipação adiada, Iluminismo esquecido, multiculturalismo beato e velho homem novo. O homem novo continuará a ser velho se não aplicar a si mesmo a hermenêutica (eco)feminista com honestidade e profundidade. Os movimentos pela sustentabilidade têm muito a ganhar se reconhecerem as mulheres como sujeitos com uma história de autoconsciência emancipatória. Desativar estereótipos de gênero discriminatórios, não adiar *sine die* as reivindicações feministas e combater o androcentrismo da cultura são algumas das chaves desse reconhecimento.

Palavras-chave: Tradução. Ecofeminismo. Mulheres. Multiculturalismo. Sustentabilidade

ABSTRACT

Facing the sinister scenario of consumerist nihilism, religious fundamentalisms, and exploitative, ecologically suicidal neoliberal globalization, new social movements must support and reinforce each other. In the present text by Alicia H. Puleo, translated into Portuguese with the proposal of bringing the ecofeminist philosopher and critic's concepts and reflections closer, we see green thought and praxis as the paths towards

¹ Texto da filósofa e catedrática Alicia H. Puleo publicado originalmente em língua espanhola no livro *Ecología y género en diálogo interdisciplinar*, Plaza y Valdés, Colección Moral, Ciencia y Sociedad en la Europa del siglo XXI, 2015. Autorização para tradução em língua portuguesa recebida em 29 de dezembro de 2025, por e-mail, do Sr. Marcos de Miguel, editor da Plaza y Valdés.

² Esse trabalho foi realizado no âmbito dos projetos de investigação “A igualdade de gênero na cultura da sustentabilidade. Valores e boas práticas para o desenvolvimento solidário” (FEM2010-15599) e “Prismas filosófico-morais das crises” (PRISMAS: FFI2013-42935-P). Uma versão anterior foi publicada em italiano com o título de *Donne e mutamento sociale: uno sguardo ecofeminista*, em Cacciari (2014).

Laureny Aparecida Lourenço da Silva

Doutorado em Estudos Literários Pós-Lit (UFMG). Atua como professora da Graduação e Pós-Graduação na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Orcid: 0000-0003-0627-2122. E-mail: laureny27@gmail.com

another possible world. Let us always keep in mind the five obstacles that must be overcome: invisible women, postponed emancipation, forgotten Enlightenment, pious multiculturalism, and the old “new man.” The “new man” will remain old if he does not apply (eco)feminist hermeneutics to himself with honesty and depth. Sustainability movements have much to gain by recognizing women as subjects with a history of emancipatory self-awareness. Disarming discriminatory gender stereotypes, not postponing feminist demands *sine die*, and combating the androcentrism of culture are some of the keys to this recognition.

Keywords: Translation. Ecofeminism. Women. Multiculturalism. Sustainability.

A memória feminista conserva um passado de esperanças frustradas e apoios não recíprocos em relação com outros movimentos sociais. O presente trabalho pretende contribuir com o que eu gosto de chamar de “Pactos de Ajuda Mútua” entre os movimentos sociais contemporâneos, nesse caso, entre o ecofeminismo e o ecologismo em suas diversas variantes, em um tempo de múltiplas crises e desesperada necessidade de alternativas viáveis e solidárias. Nada mais adequado, para começar, que recordar umas palavras da malograda Petra Kelly, cofundadora de Los Verdes alemães (*Die Grünen*): “Nós queremos trabalhar com nossos irmãos do movimento verde, mas não queremos estar subjugadas a eles. Eles devem demonstrar sua boa vontade para abandonar seus privilégios de membros da casta masculina” (Kelly, 1997, p. 29).

Na primeira seção, recordarei algumas das inúmeras decepções históricas que as feministas sofreram em seu contato com outros movimentos pela liberdade e igualdade. Na segunda, realizarei uma breve aproximação ao ecofeminismo, essa corrente do feminismo que, atualmente, desperta tantas expectativas em um mundo que enfrenta uma crise ecológica de dimensões crescentes. Finalmente, na terceira, abordarei o que considero cinco obstáculos na relação entre (eco)feministas e ecologistas, com o objetivo de assinalar as vias para sua superação e o consequente sucesso dos Pactos de Ajuda Mútua a curto, médio e longo prazo.

A História, essa grande professora

A longa história de amores não correspondidos que o feminismo arrasta previne-o contra a possibilidade de depositar uma confiança ingênua nos atuais companheiros de jornada por um mundo mais justo. Observando os fatos históricos, o fenômeno dos esforços das mulheres em movimentos emancipatórios distintos do feminismo foi qualificado certeira por Celia Amorós de “alianças em ruínas” (Amorós, 2005a, p. 342), dado que não estavam acompanhadas da correspondente reciprocidade. As mulheres foram, uma e outra vez, utilizadas como lutadoras da liberdade e da igualdade para, mais tarde, serem esquecidas quando chegava o momento da reorganização social e do cumprimento das promessas.

Lembremos brevemente algumas dessas amargas decepções. Heidi Hartmann condensou a experiência das feministas com o marxismo na eloquente metáfora do “casamento desventurado” que servia de título ao artigo em que denunciava a constante subordinação da “questão feminina” em partidos e sindicatos de classe e chamava a uma integração em igualdade ou, em caso contrário, ao “divórcio” (Hartman, 1979).

Já durante a Revolução Francesa, nesse momento fundacional das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, as mulheres que participaram da gesta viram suas esperanças defraudadas. Após a exclusão das mulheres dos debates da assembleia revolucionária, a girondina Olympe de Gouges escreve: “O homem escravo redobrou suas forças e precisou apelar às tuas para romper suas cadeias. Mas, uma vez em liberdade, foi injusto com sua companheira. Oh, mulheres! Mulheres! Quando deixareis de ser cegas? Que vantagens obtivestes da revolução? Um desprezo mais marcado, um desdém mais visível” (De Gouges em Puleo, 1993, p. 160). As jacobinas — protagonistas da marcha das mulheres a Versalhes que deixou o rei Luís XVI nas mãos da Assembleia Nacional — viram os seus companheiros de partido fecharem por decreto o seu Clube das Cidadãs Republicanas Revolucionárias e as exortavam a voltar ao âmbito doméstico em nome das leis naturais. Segundo afirmava o deputado Amar, inspirado em Rousseau, o seu desejo de participar na política não era senão um afastamento da missão fixada pela Natureza, a de serem mães dedicadas ao lar.³ Esse lembrete só ocorreu quando os jacobinos tinham chegado ao poder e já não precisavam de mobilizar as suas bases femininas. Pauline Léon e Claire Lacombe, as suas ativistas mais destacadas, salvaram-se da guilhotina graças a uma oportuna fuga para o estrangeiro. Nem o esforço das revolucionárias foi reconhecido, nem se produziram avanços na situação do coletivo feminino. No século seguinte, as mulheres envolveram-se na luta pela abolição da escravidão dos negros, mas os líderes abolicionistas não retribuíram o apoio recebido quando, mais tarde, se tratou de conseguir o voto para as mulheres.

É verdade que a participação em movimentos emancipatórios frequentemente tem sido um revulsivo que desperta iniciativas feministas. As delegadas norte-americanas na luta antirracista pela abolição da escravidão descobriram que lhes era negada a entrada no Congresso internacional abolicionista de Londres pelo fato de serem mulheres. Essa rejeição inesperada levou-as, já de volta aos EUA, a criar, em 1848, o movimento sufragista, convencidas de que era necessário lutar pelos seus próprios direitos civis e políticos: o voto, a capacidade de administrar os seus bens, de trabalhar sem solicitar a permissão dos maridos, de cursar estudos superiores ou exercer profissões liberais. O sufrágio era considerado a chave para poder, a partir da sua obtenção, superar a sua condição de eternas menores de idade.

Como aponta Ana de Miguel, o sufragismo encontrou no socialismo marxista um inesperado oponente que recomendou às mulheres postergar qualquer demanda de igualdade com a promessa de que a revolução proletária solucionaria, automaticamente, a injusta subordinação feminina (De Miguel, 2008a). Por um lado, os escritos de Engels

³ Seu discurso, que foi seguido pelo decreto da Convenção Nacional que proibia todo clube político de mulheres, aconteceu na sessão do 9 Brumário, que corresponde à data de 30 de outubro de 1793. Foi publicado no jornal revolucionário *Le Moniteur universel* (tomo 18, n.40, p.164).

contribuíram a solapar os argumentos naturalizantes que excluía as mulheres do trabalho e da vida política, mas, por outro lado, a sua tese – que mais tarde os estudos antropológicos revelaram errônea – sobre a origem do patriarcado como resultado do surgimento da propriedade privada, fundamentava o mandato de abandonar as reivindicações sufragistas, consideradas irrelevantes, e de concentrar todas as energias exclusivamente na luta de classe, negando a existência de qualquer opressão de sexo no seio da família operária (Puleo, 2012).

Com a segunda onda do feminismo, nos anos sessenta e setenta do século passado, ressurgiu o debate sobre “o inimigo principal” (Delphy, 1982): patriarcado ou capitalismo e as feministas socialistas tiveram que batalhar para que se reconhecessem os legítimos interesses das mulheres (Molina Petit, 2005). As experiências frustrantes no movimento de estudantes da Nova Esquerda levaram as mais jovens a criar os grupos do feminismo radical. Observemos a semelhança com os acontecimentos vividos em Madri, Barcelona e outras cidades em 2011, quando as jovens descobriram, perplexas, que entre os participantes do novo movimento de Indignados do 15-M se manifestavam atitudes sexistas, indiferentes e até agressivas contra suas demandas de visibilização das mulheres. Essa experiência as levou a organizar-se em torno do tema “Sem feminismo, não há revolução” (Esquerza, 2012). Não há dúvida de que, como assinalava acima, os momentos de mobilização social e política adubam o terreno para o ressurgimento das demandas feministas.

As feministas radicais dos anos setenta releeram o freudo-marxismo em chave de gênero (Amorós, 2005b) e propuseram uma transformação social profunda que reconhecia nas bases do sistema patriarcal não apenas aspectos jurídicos e econômicos, mas também afetivos e simbólicos (Puleo, 2005; De Miguel, 2008b). Autodenominadas “radicais” em alusão ao sentido etimológico de “ir à raiz” de um problema⁴, estavam redefinindo o que se considerava uma boa vida (enquanto anseio de felicidade), a vida boa (como ideal ético) e a sociedade justa (ou organização política baseada em princípios, virtudes e valores éticos). Por isso, o feminismo, apesar da sua longa trajetória, é incluído dentro dos chamados “novos movimentos sociais” junto com o ecologismo (Dalton e Kuechler, 1992). Ambos tiveram desencontros similares com teóricos e militantes da esquerda que demoraram bastante a aceitar (quem o fez, que não são todos) que a economia não era a única chave explicativa de todo fenômeno social e que uma industrialização devastadora baseada no mito do crescimento indefinido não era a meta indiscutível que traria um bem-estar sem sombras à humanidade.

Mas o ecologismo, como movimento emergente, apesar de ter bases altamente feminizadas, não esteve isento de reproduzir os velhos erros de outros movimentos progressistas em relação às mulheres. É certo que os partidos verdes foram pioneiros na aplicação da paridade em suas listas e integraram o feminismo já em seus inícios, impulsionados nesse aspecto tão inovador pelo pensamento de figuras do calibre de Petra Kelly (Riechmann, 1991, 1992; Velasco Sesma, 2010, 2014). Porém, as ecofeministas

⁴ E não por empregar a violência, como parece sugerir agora esse termo devido a seu interessado uso como arma de desqualificação, nas últimas décadas.

materialistas Ariel Kay Salleh (1994) e Mary Mellor (1997) tiveram que criticar a desvalorização do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, na qual incorriam até os próprios teóricos ecosocialistas. Val Plumwood (1993) mostrou a exclusão da experiência feminina do cuidado empático do Outro na noção de “Eu expandido” da *Deep Ecology* (Ecologia Profunda). Mary Judy Ress (2006) lamentou o pouco que se escutava as ecofeministas espiritualistas latino-americanas no seio da própria Teologia da Libertação à qual se designavam. Essas reprovações apontam para um problema compartilhado que, após uma rápida aproximação ao ecofeminismo, analisarei, sem pretensões de exaustividade, em cinco pontos chave.

O Ecofeminismo

Se compararmos o nosso presente com o de quem viveu há um século e meio, concluiremos que as mulheres mudaram as sociedades modernas de maneira profunda, bem-sucedida e não violenta. Conseguiram-no a partir de dois momentos históricos inéditos: o sufragismo que nasceu em meados do século XIX e a segunda onda do feminismo, surgida no último quarto do século XX. Geralmente, não se reconhece a autoria de tal proeza, mas é incontestável. A tarefa emancipatória não terminou e as mulheres conservam o entusiasmo e a força dos sujeitos sociais emergentes. A análise feminista das relações de poder e da construção das identidades de gênero estendeu-se a múltiplos aspectos sociais e culturais. Com muita propriedade, o feminismo poderia assumir a afirmação “nada do humano me é indiferente”. E se atendermos à sua implicação ecológica através da corrente chamada ecofeminismo, acrescentaremos: “nem do não é humano”. Nas suas diferentes formas, o ecofeminismo aborda os novos problemas derivados do desenvolvimento industrial; analisa as relações entre o patriarcado e o domínio sobre a natureza; revaloriza as atitudes e virtudes da ética do cuidado, historicamente próprias das mulheres; denuncia os graves problemas de saúde sofridos pelas mulheres devido à contaminação;⁵ revela a miséria e a multiplicação das tarefas das mulheres mais pobres devido ao deterioro ambiental e sustenta que o modelo neoliberal tecnocapitalista depredador deve ser substituído por uma relação harmônica com o meio que, em vez de procurar o benefício mercantil a curto prazo, conserve os recursos naturais, respeite os demais seres vivos e atenda ao bem comum.

Minoritário dentro do feminismo, o ecofeminismo é hoje uma força emergente que atrai sobretudo as jovens, gera estilos de vida ecológico-feministas, concretiza-se em ações precisas ecológicas e animalistas, difunde-se nas redes sociais através do ciberativismo e se expressa com diversos enfoques nas Humanidades e nas

⁵ Os pesticidas e herbicidas atuam como xenoestrogênios, causando um notável aumento do câncer de mama e da Síndrome de Hipersensibilidade Química Múltipla tanto em produtoras quanto em consumidoras. Sobre a incidência dos produtos químicos na saúde das mulheres, ver, nesse livro, [*Ecología y género en diálogo interdisciplinar*, Plaza y Valdés, Colección Moral, Ciencia y Sociedad en la Europa del siglo XXI, 2015], o capítulo “Sesgos de género em medio ambiente y salud”, da endocrinologista Carme Valls-Llobet.

Ciências Sociais. Como em toda corrente de pensamento vivo, o núcleo de ideias compartilhadas — nesse caso, a tese de uma relação entre patriarcado, subordinação das mulheres e domínio sobre a Natureza não humana — não impede a existência de posturas diferentes e até radicalmente opostas entre as distintas pensadoras. Algumas teóricas optaram pelo essencialismo com respeito à identidade de gênero, outras optam pelo construtivismo. O materialismo histórico inspirou certas pesquisas, as teorias pós-modernas, outras. Há quem tenha partido de hipóteses antropológicas de difícil comprovação sobre a existência de um suposto matriarcado primitivo que, sustentam, subsistiria em alguns povos atuais,⁶ afirmação que — não posso deixar de assinalar — suscita meu ceticismo. Algumas pensadoras centraram-se na análise da estrutura socioeconômica do capitalismo sob uma perspectiva ecofeminista.⁷ Outras desenvolveram suas teses ecofeministas a partir da Teologia (p. ex., Gebara, 2000) ou da Filosofia (p. ex., Plumwood, 1993), ou a partir de cosmovisões não ocidentais (p. ex., Shiva, 1988). Também existe diversidade na interpretação da história da Filosofia e nas considerações em torno da ética animal (Adams e Donovan, 1995; Warren, 1996; Puleo, 2011).

Por último, cabe destacar que a interrupção voluntária da gravidez e até mesmo o controle da natalidade parecem suscitar ressalvas em algumas ecofeministas (p. ex., Mies, 1998), o que me levou a sustentar que um ecofeminismo que parte da ideia de “santidade da vida” acarreta um alto risco de distanciamento das reivindicações de liberdade e de decisão sobre o próprio corpo do feminismo.

Existe também o que pode ser considerada uma práxis ecofeminista na qual seus agentes não se autodenominam assim. Como forma do chamado “ecologismo dos pobres” (Martínez Alier, 2004), essa práxis ecofeminista tem uma presença crescente na resistência ao que a ecofeminista e alterglobalista Vandana Shiva chamou de “o mau desenvolvimento” (Shiva, 1988). Os grupos de mulheres que lutam contra projetos locais devastadores para o meio ambiente têm se multiplicado nas últimas décadas. Esse aumento responde principalmente à intensificação do ritmo da globalização neoliberal. A diminuição dos recursos naturais devido à superexploração e o fenômeno da deslocalização das empresas ampliaram os limites espaciais e a profundidade de implantação do modelo que alguns chamaram, com demasiado otimismo, de “capitalismo desmaterializado”. Longe de se tornar independente dos bens naturais, essa fase globalizada corresponde à liquidação final da Natureza e à inclusão forçada da totalidade de humanos e não humanos nas engrenagens implacáveis da economia de mercado.

O sistema de produção agrícola hegemônico destrói a biodiversidade, gera pobreza e exclusão social. Isso piora, notavelmente, as condições de vida diária das

6 Para um exemplo dessa posição ver nesse livro [*Ecología y género en diálogo interdisciplinar*, Plaza y Valdés, Colección Moral, Ciencia y Sociedad en la Europa del siglo XXI, 2015], o trabalho de Kaarina Kailo «Del patriarcado como sistema alquímico al imaginario del don».

7 Para uma exposição do ecofeminismo materialista de Mary Mellor, ver nesse mesmo livro [*Ecología y género en diálogo interdisciplinar*, Plaza y Valdés, Colección Moral, Ciencia y Sociedad en la Europa del siglo XXI, 2015], o capítulo de María José Guerra “Ecofeminismos materialistas. Política de la vida y política del tempo en Mary Mellor”.

camponesas do Sul, tornando mais difícil seu trabalho para obter alimentos, lenha ou água. Nos anos 80 do século XX, V. Shiva denunciava que as mulheres rurais na Índia, em uma economia de subsistência, eram as primeiras vítimas da chegada da exploração intensiva “racional” dirigida para o mercado internacional (Shiva, 1988). O avanço do desmatamento as obrigava a percorrer a pé longas distâncias para encontrar a lenha que antes recolhiam perto de seu povoado. Organizadas em torno aos princípios de respeito aos demais seres vivos próprios da tradição da Índia e dos ensinamentos de Gandhi, as mulheres Chipko se abraçaram às árvores em turnos de vigilância até conseguirem deter para impedir o corte de florestas comunitárias, mesmo contra a vontade de seus maridos que queriam vendê-las. Nos últimos anos, mulheres dos povos originários da América Latina têm se organizado para reivindicar as terras ancestrais e se opor aos projetos de megamineração. A Frente de Mulheres Guardiãs da Amazônia denunciou as atividades extrativistas de empresas multinacionais que causam uma monstruosa contaminação e expulsam povos originários de seus próprios territórios. Muitas mulheres rurais se opuseram à invasão dos transgênicos e ao uso de agrotóxicos, essa guerra contra os seres humanos mais pobres. Graças a organizações de mulheres rurais e indígenas como Anamuri, do Chile, revelou-se o potencial político de alguns costumes ecológicos que antes eram considerados sem importância. Esse é o caso do intercâmbio de sementes e saberes no Trafkint⁸ próprio do território mapuche. Há casos trágicos, como os das mães que perderam seus filhos devido ao aumento da leucemia infantil em zonas próximas a campos fumigados. Como antigamente as Mães da Praça de Maio, agora as Mães do Bairro Ituzaingó Anexo, na província de Córdoba, Argentina (García Forés, 2012), mobilizaram-se até conseguir pequenos, porém difíceis êxitos judiciais. Em outras ocasiões, as mulheres assumiram o revezamento da resistência quando os homens tinham sido assassinados. Tal foi a origem do movimento de mulheres organizadas que se opuseram com bravura à desflorestação no povo de Cherán, em Michoacán, México. Como pode observar-se na entrevista a uma das participantes nessa luta, os motivos práticos de ordem utilitária unem-se a uma visão biocêntrica, pré-moderna, que coincide com intuições da ética ecológica desenvolvida em centros filosóficos de vanguarda: “Antes havia árvores que só podiam ser abraçadas por quatro pessoas, deixaram-nos arvorezinhas que podes abraçar tu sozinha, por isso decidimos reflorestar, muitas nos dedicamos a plantar e cuidar das árvores; para nós são uma fonte de recursos, mas também um ser ao qual devemos respeito”.⁹

A participação das mulheres no movimento internacional pela Soberania Alimentar resultou na Declaração de Nyéléni (Mali, 2007), na qual pedem o reconhecimento de que as mulheres foram pioneiras no conhecimento popular da agricultura e que, atualmente, atuam como verdadeiras guardiãs da biodiversidade

⁸ A consciência da importância do *trafkintu* levou à Carta de Kurarrewé: Proclamação pelo cuidado da semente e a soberania alimentar do Wallmapu de maio de 2012. Pode ser consultada na internet.

⁹ *Camponesas se transformam em Guardiãs para assegurar a defesa da Amazônia*. Entrevista com Inés Fajardo, em «Cimacnoticias. Periodismo con perspectiva de género», 21/02/2014. Disponível em: <http://www.adital.com.br/?n=cdfs> (consultado em 30 de novembro de 2013).

ao se ocuparem da conservação e do intercâmbio de sementes nativas. Lembram também que são elas que produzem 80% dos alimentos nos países mais pobres. Enumeram os danos causados pela agricultura industrial, reivindicam para as mulheres o acesso à terra, aos recursos e serviços essenciais, e pedem participação política. Rejeitam explicitamente tanto a opressão moderna do mercado quanto a antiga das sociedades tradicionais. Por sua vez, o Documento Final do Nono Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM, 2013), preparatório para a Quarta Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres de 2015, reivindica uma “cultura feminista contra-hegemônica” que inclui, entre seus objetivos, a luta contra o agronegócio, o hidronegócio, o extrativismo, os cultivos transgênicos e a expropriação de terras, ao mesmo tempo em que denuncia a violência sexista e o conservadorismo crescentes que estão vinculados a essas novas formas de domínio do mundo. Vemos, pois, que a luta pela Soberania Alimentar abre novos caminhos de reivindicação da dignidade e da autonomia das mulheres.¹⁰ No meio rural, um âmbito difícil para as reivindicações feministas, começa-se a tomar consciência da subordinação feminina e da violência patriarcal. As mulheres já não se resignam a ser produtoras invisíveis e reivindicam reciprocidade.

Cinco chaves para uma amizade duradoura

Dos chamados novos movimentos sociais, afirmou-se que são práxis cognitiva que opera uma redefinição da realidade. Nesse sentido, o feminismo, apesar da sua longa história, pode ser incluído entre os novos porque redefiniu o que é ser homem e mulher ao questionar e transformar as relações entre os sexos (De Miguel, 2003). O ecologismo e o animalismo, nas suas diversas formas, redefinem também o ser humano e a natureza não humana. Os movimentos gay e lésbico, o LGBT e, recentemente, o movimento assexual propuseram novas visões do amor e da sexualidade. Na esteira do ecologismo, são também redefinições da realidade aqueles paradigmas que, como o decrescimento, a ecologia social, o ecossocialismo e o ecofeminismo, apesar das diferenças que os separam, coincidem em transformar o critério com o qual se mede a qualidade de vida, abandonando a tirania do mercado ou dogmas tais como “mais é sempre melhor”.

¹⁰ Sobre as tensões provocadas pelas demandas das mulheres na prática da Agroecologia, uma disciplina ligada à meta da Soberania Alimentar, veja o capítulo desse livro [*Ecología y género en diálogo interdisciplinar*, Plaza y Valdés, Colección Moral, Ciencia y Sociedad en la Europa del siglo XXI, 2015], intitulado “*Una mirada ecofeminista sobre las luchas por la sostenibilidad en el mundo rural*”, da pesquisadora brasileira Emma Siliprandi.

Tanto na sua teoria como na sua práxis, o ecofeminismo partilha numerosos princípios e metas com os demais paradigmas alternativos aos dogmas atuais do crescimento, do *homo oeconomicus*, do antropocentrismo extremo e da economia de mercado. A crítica ao sistema capitalista, a reivindicação do ecossocialismo de transformar profundamente as estruturas de produção e consumo e de democratizar as decisões econômicas, acaparadas hoje em dia por uns poucos (Lowy, 2011; Riechmann, 2013), são partilhadas por numerosas ecofeministas na sua proposta de um mundo mais justo e sustentável. A convivialidade de Iván Illich, a simplicidade e a amizade das sociedades verdes do futuro frente aos objetivos de competitividade, poder e dinheiro eram já uma meta das escritoras consideradas inspiradoras do pensamento ecofeminista.¹¹ Os oito pilares do decréscimo em Serge Latouche, expressos nas suas famosas oito R's (reavaliar, reconceitualizar, reestruturar, relocalizar, redistribuir, reduzir, reutilizar e reciclar) (Latouche, 2009), podem ser lidos a partir da perspectiva ecofeminista. Também a R de “recuperar” técnicas e saberes tradicionais.¹² Em primeiro lugar, como já referi, o ecofeminismo reconceptualiza o mundo humano e não humano. Se o feminismo permite ver o mundo com óculos roxos,¹³ o ecofeminismo inaugura uma visão verde e roxa. Diante do contratualismo, *revaloriza* a ética do cuidado, abrindo assim o espaço da responsabilidade ecológica e transgeracional e da superação do especismo, concebido como visão arrogante patriarcal sobre os animais não humanos. O ecofeminismo nos lembra que *reutilizar* e *reciclar* são atitudes e tarefas cotidianas de milhões de mulheres no mundo. Tanto a agricultura camponesa como o saber tradicional das mulheres que trabalham nas hortas familiares caracterizam-se pelo fecho dos ciclos da matéria e pelo respeito pelos tempos necessários à vida. Quanto à *reduzir* do consumo, a pegada ecológica, os deslocamentos e o tempo de trabalho para poder desfrutar do lazer e das relações interpessoais, o ecofeminismo pode acrescentar as considerações feministas sobre a dupla jornada de trabalho que sufocam a “supermulher” moderna. A saída das mulheres do espaço doméstico ocorreu sem que o perfil masculino do posto de trabalho fosse transformado, ou seja, mantendo uma visão do trabalhador como um homem livre das tarefas domésticas necessárias para a vida, já que havia uma esposa que se ocupava delas. *Reestruturar* a base econômico-produtiva, sob a perspectiva da economia feminista, inclui *também* levar em conta a esfera do cuidado, indispensável para a reprodução da vida humana. Finalmente, as demandas por acesso aos recursos e as mobilizações pelos conflitos ecológicos

¹¹ Um exemplo disso é a excelente novela de ficção científica de Ursula K. Le Guin, *El nombre del mundo es bosque* (*The Word for World Is Forest*) cuja publicação em inglês data de 1976. “A Palavra para Mundo é Floresta (*The Word for World Is Forest*)”.

¹² Sobre o protagonismo das mulheres nessa tarefa, veja, nesse livro, o capítulo «Aportaciones de las mujeres indígenas al diálogo entre filosofía y ecología», da professora mexicana Georgina Aimé Tapia González; e o já citado da especialista brasileira em mulheres e Agroecologia, Emma Siliprandi.

¹³ Nota da tradutora.: “Gafas violetas” (óculos violetas/morados) é uma metáfora feminista popularizada pela escritora Gemma Lienas (especialmente no livro *El diario Violeta de Carlota* em 2001) para representar a adoção de uma perspectiva de gênero ao observar o mundo. Esta ferramenta conceitual ajuda a identificar e combater desigualdades, machismos sutis, estereótipos e discriminação que frequentemente passam despercebidos na sociedade.

distributivos da práxis ecofeminista propõem *redistribuir* como forma fundamental da justiça e da sororidade internacional, ao revelar que as mulheres pobres são as mais afetadas pela injustiça econômica e ambiental.

Existem muitos pontos de contato e coincidência entre o ecofeminismo e as diferentes propostas ecologistas. No entanto, também existem zonas de sombra para os interesses emancipatórios das mulheres. Vou me referir brevemente às mais notáveis. Não abordarei o animalismo, tanto porque reivindica sua diferença em relação ao ecologismo, quanto porque me proponho a dedicar um estudo específico a ele no futuro.

Chamarei a essas cinco zonas opacas dos novos paradigmas ecológicos: *mulheres invisíveis, emancipação adiada, Iluminismo esquecido, multiculturalismo beato e velho homem novo*.

1) Mulheres invisíveis

Nas relações entre a teoria feminista e as teorias ecologistas (nas suas muito diversas variantes) costuma reproduzir-se a falta de reciprocidade e reconhecimento que se observa entre os sexos no conjunto da sociedade patriarcal. As feministas estudam e citam teóricos de toda a origem, mas a inversa é muito menos frequente. Poucos são os autores que, a partir do ecologismo, do ecossocialismo ou do decrescimento, reconhecem as contribuições do feminismo.¹⁴ Assim, por exemplo, um famoso pensador da teoria do decrescimento não tem problemas em reconhecer parentescos com a Ecologia Social de Murray Bookchin, a Deep Ecology de Arne Naess, o neozapatismo de Chiapas, o *sumak kausay* (bem viver) dos povos originários da América Latina, mas reduz a grande diversidade existente de expressões do ecofeminismo (populares e acadêmicas, filosóficas e sociológicas etc.) a uma irônica e pejorativa menção às “grandes sacerdotisas ecofeministas dos cultos neopagãos sincréticos e new age” (Latouche, 2007, p. 156). Da mesma forma, é assombroso que consiga o prodígio de falar sobre controle demográfico e reprodução humana sem mencionar sequer uma única vez a palavra “mulheres” ou referir-se de qualquer outra maneira à sua existência (Latouche, 2007, p. 46-50). Em outros autores, existe uma tendência a subsumir a pluralidade das mulheres na categoria “a mulher”, o que também é uma forma de invisibilidade de todas e cada uma enquanto pessoas diversas. Essa invisibilidade não só costuma ser algo comum nos textos, como também ocorre na dinâmica cotidiana de grupos de jovens pela sustentabilidade. Em ocasiões, algumas ativistas comentaram comigo a sua decepção por terem descoberto que se contava sempre com as mulheres para as tarefas cotidianas de infraestrutura, mas raramente as escolhiam quando surgia a oportunidade de enviar um porta-voz aos meios de comunicação, por exemplo.

¹⁴ São honrosas as exceções a essa regra do total esquecimento e do silêncio: Andrew Dobson (1997), Paolo Cacciari (2008), Jorge Riechmann (2012, 2013), Joan Martínez Alier (2007) y Florent Marcellesi (2012), entre outros.

Da mesma forma, na estrutura de numerosas ONGs ambientais, pode-se observar a conhecida pirâmide de bases femininas e cúpula masculina.

2) Emancipação adiada

Essa é uma antiga e recorrente exigência feita às mulheres por movimentos sociais progressistas distintos do feminismo. São chamadas a adiar os seus interesses como coletivo de gênero e a dobrar-se a um objetivo geral que, supostamente, resolverá no futuro todos os problemas do “segundo sexo”. Como já vimos, tal foi a mensagem que Engels enviou às mulheres a respeito do sufrágismo: a luta sufragista não fazia sentido, já que a sociedade comunista que emergiria após a revolução não seria patriarcal. Por isso, as mulheres deveriam esquecer as suas próprias reivindicações e dedicar todos os seus esforços a acelerar o processo revolucionário. A história demonstrou depois que tal promessa não se cumpriria. Esse não é o único caso de promessa incumprida. Os exemplos históricos são inumeráveis. Nos processos de luta social e política, costuma-se aceitar a participação das mulheres enquanto se está no momento da luta e se necessita somar energias. Quando se alcança o poder, as demandas das mulheres são geralmente ignoradas. Recordar esse triste fenômeno não implica aconselhar que as mulheres se abstenham de participar noutra luta social que não seja o feminismo, mas sim que o façam a partir da autoconsciência de pertencer a um coletivo de sexo que padeceu e padece um tipo especial de opressão. A emancipação adiada não é mais do que uma promessa vã se não for acompanhada de uma práxis igualitária no seio do grupo desde o presente. Esse grande obstáculo da emancipação adiada está estreitamente ligado à invisibilização das mulheres, à sua percepção como “idênticas” e ao seu não reconhecimento pleno como sujeitos em igualdade. O ecofeminismo há de cumprir, a esse respeito, a função de uma necessária negociação preventiva com o ecologismo.

3) Iluminismo esquecido

O discurso pós-moderno desmontou a imagem autocomplacente da Modernidade ocidental. Era necessário fazê-lo, mas, no seu esforço desconstrutivista, acabou pondo em dúvida os princípios da resistência à opressão. Denominei *ecofeminismo crítico* (Puleo, 2011) à minha proposta de uma teoria ecofeminista que seja capaz de evitar os perigos que encerra para as mulheres a renúncia ao legado de direitos da Modernidade. Todos os ecofeminismos são críticos na medida em que questionam o sistema atual, mas o adjetivo “crítico” alude, nesse caso, à necessidade de conservar o legado emancipatório do pensamento iluminista. Indubitavelmente, a Modernidade tem muitas faces e algumas nos levaram à crise ecológica atual. Mas não devemos esquecer que o movimento filosófico do Iluminismo representa uma formidável luta contra a opressão religiosa e política. A crítica ao preconceito e as ideias de autonomia

e de igualdade de todos os homens foram decisivas para o surgimento imparável das reivindicações das mulheres. Temos que construir uma nova cultura ecológica sem desandar o caminho percorrido pelo feminismo nem abandonar os fundamentos que nos permitiram avançar nele. Nesse sentido, é necessário deixar clara a reivindicação dos direitos sexuais e reprodutivos. Frente a uma difusa exaltação da Vida, que esconde a tradicional negativa de dar autonomia sexual às mulheres, o ecofeminismo crítico que proponho defende a livre determinação sobre o próprio corpo (Puleo, 2011). De fato, o texto em que pela primeira vez se utilizou o termo ecofeminismo foi um artigo de Françoise d'Eaubonne publicado em 1974, que sustentava que a superpopulação do planeta, tema que preocupava os ecologistas, era o resultado da negação patriarcal do direito das mulheres de decidir sobre seus próprios corpos. Essa ideia se enfraqueceu nos desenvolvimentos ecofeministas posteriores. Algumas teóricas, inclusive, demonizaram todo recurso tecnológico por considerá-lo uma expressão do patriarcado capitalista. Voltam, assim, à imagem da mulher definida por seu papel de mãe.

Por outro lado, certas formas de ecologismo estão atualmente impulsionando um discurso essencialista e antifeminista que provavelmente reativará o justificado temor das mulheres ao ecologismo. Isto é muito negativo tanto para as mulheres quanto para o ecologismo. “Your body is a battleground” [Seu corpo é um campo de batalha], denunciava a artista plástica Barbara Kruger em uma obra feminista já célebre. Mais uma vez, agora tingido de verde, o corpo das mulheres se apresenta como território de luta. Em 2012, a influente revista *The Ecologist*, em sua versão para a Espanha e América Latina, publicou um monográfico intitulado “La revolución calostrál” [A revolução colostrál], que confirma a guinada dessa publicação periódica em direção a posições espiritualistas neoconservadoras profundamente antifeministas.¹⁵ Os temas de capa eram eloquentes no que diz respeito à estruturação do discurso: “A usurpação da fertilidade”, “A esterilização da população”, “O proselitismo pró-aborto”, “As tecnologias Terminator”, “A mercantilização da maternidade”, “O parto/nascimento natural”, “Ciclos lunares e indigenismo”. O conjunto dos seus artigos é uma clara declaração de guerra contra o Ecologismo Político que, pelo contrário, aceita o direito ao aborto e à eutanásia. Esses direitos de liberdade individual são apresentados como formas de opressão do Estado “paternal-autoritário”. A eutanásia é apenas objeto de uma breve menção. O tema central é, como mostra o título escolhido, a condenação inapelável do aborto, ao qual consideram negação da fertilidade e oculta forma antiecológica escolhida pelos poderes econômicos e políticos para dominar o mundo. Ao não chamarem à obediência, mas, sim, à insubmissão, os autores mostram saber bem como conseguir a adesão de um público alternativo e contestatário. Afirmam que a forma de se rebelar frente ao “tecnopatriarcado” é (que as mulheres aceitem) voltar aos “ciclos sagrados” da vida. Misturam-se num *totum revolutum* preocupações que não podemos deixar de partilhar, como a dominação econômica, a contaminação

15 O fundador da revista, Edward Goldsmith (1928-2009), já sustentava em seus escritos que a natureza só seria salva se a família fosse santificada e se adotasse uma organização social tradicional, na qual as mulheres voltassem às suas tarefas de cuidado do lar.

com agrotóxicos ou os perigos inerentes aos cultivos transgênicos, com manipulações ideológicas em torno da interrupção da gravidez e das práticas anticonceptivas. Para o ecologismo neoconservador, o planejamento familiar e a interrupção de uma gestação são algo tão irresponsável e violento quanto a ação das grandes corporações que devastam o planeta ou o genocídio nazista. Entre metafísicas obscuras sobre o poder da Eternidade e citações de curandeiras indígenas, encontramos alusões a um Santo Agostinho retocado que colocaria todas as esperanças de mudança do mundo no poder das mães. Em toda mulher habitaria uma natureza selvagem, indômita, na qual o prazer sexual estaria inexoravelmente ligado à reprodução. O parto chega a ser apresentado como êxtase orgásmico que as mães comuns modernas não são capazes de experimentar porque estão profundamente reprimidas pelo patriarcado. A nova maternidade-paternidade regida pela Natureza ancestral e libertada do “catecismo feminista” será capaz de regenerar a humanidade. Diz-se que o feminismo introduziu a discórdia entre os sexos, diminuindo assim a natalidade, como se séculos de História não nos tivessem ensinado que o patriarcado feriu e matou muito antes de o movimento pelos direitos de as mulheres fomentar a “desordem” da autonomia feminina e a maternidade responsável. Segundo esse ecologismo neoconservador, a liberação das mulheres consistirá em deixar de pretender serem iguais aos homens. Volta, assim, a teoria do século XIX da complementaridade a recordar as fêmeas quais são seus trabalhos naturais. É claro que, como vimos, essa não é a primeira vez que se utiliza o conceito de Natureza para colocar em seu lugar um coletivo insubordinado. Em seu tratamento filosófico dos sexos, Rousseau já empregava o que chamava de “discurso do elogio”: ninguém pode fazer os trabalhos domésticos do cuidado como vocês [as mulheres], por isso não serão cidadãs de pleno direito, mas se limitarão a criar cidadãos. O ecologismo neoconservador volta a utilizar seu enganoso tom adulator: vocês são maravilhosas, possuem virtudes e poderes extraordinários e os estudos universitários atrapalham essas capacidades inatas de seu sexo.

Evidentemente, não será com esse ecologismo neoconservador que corresponderá fazer Pactos de Ajuda Mútua. Mas mesmo nos círculos da Ecologia Política alheios a essas posições neoconservadoras, encontramos, por vezes, uma certa tendência a mistificar a maternidade e a criação dos filhos. O discurso sobre a amamentação adquire um caráter normativo e as mulheres que, por razões laborais, não podem cumprir estritamente o modelo, começam a sentir-se culpadas. Perguntam-se se são egoístas ou mães incompletas por terem escolhido a autonomia do trabalho assalariado ou a carreira profissional. É significativo que o apelo para que as mulheres retornem ao lar volte a ser ouvido numa época de altas taxas de desemprego e num período histórico que pode ser considerado de Contrarreforma patriarcal.

Sustentei que, entre o hedonismo niilista irresponsável e carente de objetivos solidários e o retorno à sacralização dos processos biológicos, existe uma alternativa que combina liberdade e responsabilidade: a consciência ecológica e empática que preserva a sua plena autonomia. O esquecimento do Iluminismo, a sua rejeição sem nuances, é altamente perigoso para todos, mas as primeiras a sofrer as suas consequências são, sem dúvida, as mulheres.

4) Multiculturalismo beato

Em estreita conexão com o esquecimento do Iluminismo, encontramos em alguns textos e posturas ecologistas uma reverência extrema por práticas que, se ocorressem em nossa própria cultura, seriam objeto de indignado repúdio por parte daqueles mesmos que dizem respeitá-las quando ocorrem em outras. O necessário rechaço ao etnocentrismo, preconceito ingênuo e interessado correlato do imperialismo, levou alguns — sobretudo no terreno dos costumes opressores para com as mulheres e os animais não humanos — a um culto beato ao consagrado pela tradição em culturas que não conhecemos bem. Considero que um pensamento emancipatório não pode aceitar mistificações opressoras, nem próprias nem alheias. A vocação universalista da ética não é simples etnocentrismo, mas reconhecimento da similaridade de necessidades dos sujeitos, humanos e não humanos. Sofrimento, confinamento, discriminação, escravidão, tortura, exploração... são universalmente maus. Não podemos justificá-los com o argumento de que existem formas similares ou piores de abuso em nossa sociedade.

Nenhuma cultura é perfeita, mas todas podem melhorar com a aprendizagem intercultural. Frente a um multiculturalismo extremo que beatifica qualquer prática, desde que fundamentada na tradição, a aprendizagem intercultural nos permite comparar, criticar e criticar a nós mesmos.

Devemos aprender com culturas sustentáveis como um corretivo oportuno à nossa civilização suicida, mas fazê-lo sem cair numa admiração beata. Também temos de ser capazes de reconhecer no que é próprio algo a oferecer aos outros. Através da autocrítica e da crítica, avançaremos. O objetivo deve ser construir em conjunto uma cultura ecológica da igualdade, não venerar todo hábito apenas por ser parte da nossa tradição cultural ou da alheia. Todas as culturas foram e continuam sendo injustas com as mulheres e com os animais não humanos, e o feminismo tem uma longa história esquecida de defesa conjunta de ambos (Rodríguez Carreño, 2012; VVAA., DEP, 2013). Os critérios mínimos de comparação que propus para presidir a ajuda mútua intercultural do ecofeminismo crítico (Puleo, 2011) são a sustentabilidade, os direitos humanos, com especial atenção aos das mulheres por serem os mais ignorados transculturalmente, e o trato dado aos animais.

5) O velho homem novo

Toda interpretação do mundo que busque melhorá-lo costuma ter uma proposta de “homem novo”. Sem dúvida, uma mudança social desse tipo requer a construção de um *anthropos* eticamente aprimorado. Os paradigmas ecológicos não são uma exceção a esse respeito. Mas, pode essa grande transformação ser realizada sem uma perspectiva (eco)feminista que permita desconstruir o *aner*? A essa altura do acontecer histórico, com a potência tecnológica de que se dispõe e a estrutura

econômica capitalista baseada no crescimento infinito, a consigna da construção social do homem em torno da ideia de poder implica a liquidação do ecossistema global a médio prazo. Evidentemente, não se pode obviar a denúncia dos interesses econômicos implicados na devastação meio-ambiental contentando-se com uma crítica às identidades de gênero. No entanto, essa também é imprescindível se queremos uma transformação ético-política profunda que não fique na mera gestão racional dos “recursos”. Será necessário proceder a uma visibilização e crítica do androcentrismo que faz do homem (andros) a medida de todo valor. O “androcentrismo” é um conceito-chave para a compreensão da ideologia do domínio. O viés androcêntrico da cultura provém da bipolarização histórica extrema dos papéis sociais de mulheres e homens. Na organização patriarcal, a dureza e a carência de empatia do guerreiro e do caçador tornaram-se o mais valorizado, enquanto as atitudes de afeto e compaixão relacionadas com as tarefas cotidianas do cuidado da vida foram atribuídas exclusivamente às mulheres e fortemente desvalorizadas. No mundo moderno capitalista, sob a busca insaciável de dinheiro e o onnipresente discurso da competitividade, pulsa o antigo desejo de poder patriarcal. Daí que um olhar crítico sobre os estereótipos de gênero seja também necessário para alcançar uma cultura da sustentabilidade. O guerreiro, o caçador e o corretor (broker) não são as únicas formas de cristalização da vontade de poder patriarcal, com certeza. O âmbito intelectual e o ativista têm as suas. Por isso, devemos ter sempre presente que o verdadeiro “homem novo” não invisibiliza as mulheres com seus atos enquanto as exalta com suas palavras. Tampouco cala, por respeito às tradições, quando se vulneram os direitos das mulheres ou se impede que as meninas desenvolvam suas capacidades.

Avançar em direção a um novo *anthropos* implica não cair em essencialismos uniformizadores nem em um discurso de elogio que faça das mulheres as abnegadas salvadoras do ecossistema, mas, sim, praticar a igualdade, reconhecer o valor da empatia e do cuidado atento, desenvolver essas potencialidades desde a infância também nos homens e aplicá-las para além da nossa espécie, aos animais — escravizados e exterminados a uma escala sem precedentes — e à Terra em seu conjunto. A crítica ao modelo neoliberal de desenvolvimento, baseado na competitividade do mercado que explora e oprime, deve ter perspectiva de gênero. Necessitamos de uma reconceituação do ser humano que integre razão e emoção, um sentido moral ampliado e uma ética da responsabilidade de acordo com o novo poder tecnológico da espécie.

Conclusões para um futuro comum

Frente ao cenário sinistro do niilismo consumista, dos fundamentalismos religiosos e da globalização neoliberal exploradora e ecologicamente suicida, os novos movimentos sociais devem apoiar-se e reforçar-se mutuamente. Isso não exclui a crítica. Tenhamos sempre presentes os cinco obstáculos que é preciso superar: *mulheres invisíveis, emancipação adiada, Iluminismo esquecido, multiculturalismo beato e velho*

homem novo. O homem novo continuará a ser velho se não aplicar a si mesmo a hermenêutica (eco)feminista com honestidade e profundidade. Os movimentos pela sustentabilidade têm muito a ganhar se reconhecerem as mulheres como sujeitos com uma história de autoconsciência emancipatória. Desativar estereótipos de gênero discriminatórios, não adiar *sine die* as reivindicações feministas e combater o androcentrismo da cultura são algumas das chaves desse reconhecimento. Diante disso, podemos concluir, portanto, que para o pensamento e a práxis verdes, o ecofeminismo deve ser o tabano socrático que os acompanha nesse longo caminho rumo a outro mundo possível. Os “casamentos” são desventurados quando se assentam em amores não correspondidos. É preferível que o ecofeminismo e seus companheiros de jornada cultivem amizades francas que, como se sabe, costumam ser sólidas e duradouras.

Referências

ADAMS, Carol; DONOVAN, Josephine (eds.). *Animals & Women*, London: Duke University Press, 1995.

AMORÓS, Celia. *La gran diferencia... y sus pequeñas consecuencias para las luchas de las mujeres*, Colección Feminismos. Madrid: Cátedra, 2000a.

_____. La Dialéctica del Sexo de Shulamith Firestone: Modulaciones feministas del freudo-marxismo, In: Amorós, Celia, De Miguel, Ana (2005), *Historia de la teoría feminista. De la Ilustración a la globalización*, volumen II. Madrid: Minerva Ediciones, 2005b, p. 69-105.

CACCIARI, Paolo (2010): *Decrecimiento o barbarie. Para una salida no violenta del capitalismo*, trad. S. Puddu Crespellani, Icaria, Antrazyt, Barcelona. (ed.) (2014): *La decrescita tra passato e futuro: fonti e soggetti*, Jaca Book, Milano.

DELPHY, Christine. *Por un feminismo materialista. El enemigo principal y otros textos*. Barcelona: Cuadernos Inacabados 2-3, 1982.

DE MIGUEL, Ana. El movimiento feminista y la construcción de marcos de interpretación, *Revista internacional de Sociología (RIS)*, Tercera Época, nº 35, mayo-agosto, 2003, p. 127-150.

_____. Movimientos sociales y polémicas feministas en el siglo XIX: Fundamentos ideológicos y materiales. In: Puleo, Alicia H. (ed.) (2008): *El reto de la igualdad de género. Nuevas perspectivas en Ética y Filosofía Política*, Biblioteca Nueva, Madrid: Biblioteca Nueva, 2008^a, p. 85-100.

_____. Dimensiones filosófico-políticas de los movimientos sociales. In: Quesada, Fernando (ed.) (2008): *Ciudad y ciudadanía. Senderos contemporáneos de la Filosofía Política*. Madrid: Trotta, 2008b, p.279-300.

DOBSON, Andrew. *Pensamiento político verde. Una nueva ideología para el siglo XXI*, trad. J. P. Tosaus, Barcelona: Paidós, 1997.

EZQUERRA, Sandra. Discursos y prácticas feministas en el movimiento 15-M: avances y asignaturas pendientes. *Ameco Press*, 2012. Puede consultarse online. Acceso em 27 jan 2012.

GARCÍA FORÉS, Estefanía. Madres contra fumigaciones. In: revista *Soberanía Alimentaria*, 11 nov. 2012. Puede consultarse online.

GEBARA, Ivone. *Intuiciones ecofeministas. Ensayo para repensar el conocimiento y la religión*, trad. Graciela Pujol. Madrid: Trotta, 2000.

GRETA GAARD (ed.). *Ecofeminism. Women, Animals, Nature*. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

GUERRA PALMERO, M^a José. Feminismo transnacional, globalización y derechos humanos. In: *Dilemata* nº 15, 2014, p. 161-169.

HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more Progressive Union», *Capital & Class Summer*, 1979, 3, p. 1-33.

DALTON, R, Kuechler, M. (comps.). *Los nuevos movimientos sociales*. Valencia: Edicions Alfons El Magnànim, 1992.

LATOUCHE, Serge. *Petit traité de la décroissance sereine*. Paris: éditions Mille et une Nuits, Fayard, 2007.

_____. *La apuesta por el decrecimiento. ¿Cómo salir del imaginario dominante?*, trad. P. Astorga, Icaria, 2009.

MARCELLESI, Florent. *Cooperación al posdesarrollo. Bases teóricas para la transformación ecológica de la cooperación al desarrollo*. Bilbao: Bakeaz, 2012.

MMM (Marcha Mundial de las Mujeres) (2013): *Declaración Feminismo en Marcha para cambiar el mundo*, disponible en: <http://encontrommm.wordpress.com/2014/02/20/declaracion-feminismo-en-marcha-para-cambiar-el-mundo/>.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*, Icaria, 2004.

MELLOR, Mary. *Feminism and Ecology*. New York: Cambridge University Press, 1997.

MIES, María; SHIVA, Vandana. *La praxis del ecofeminismo. Biotecnología, consumo y reproducción*, trad. Mireia Bofill e Daniel Aguilar. Barcelona: Icaria, 1998.

MOLINA PETIT, Cristina. El feminismo socialista estadounidense desde la Nueva Izquierda. Las teorías del sistema dual (capitalismo +patriarcado). In: Amorós, Celia; De Miguel, Ana. *Historia de la teoría feminista. De la Ilustración a la globalización*, volumen II, Madrid: Minerva Ediciones, 2005, p. 147-187.

PLUMWOOD, Val. *Feminism and the Mastery of Nature*, London-New York: Routledge, 1993.

PULEO, Alicia H. Lo personal es político. El surgimiento del feminismo radical. In: Amorós, Celia; De Miguel, Ana. *Historia de la teoría feminista. De la Ilustración a la globalización*, volumen II. Madrid: Minerva Ediciones, 2005, p. 35-67.

_____. *Ecofeminismo para otro mundo posible*, Madrid: Cátedra, 2011.

_____. La filosofía como cuestionamiento de la vida cotidiana. In: Spadaro, María Cristina (coord.). *Enseñar filosofía, hoy*, Argentina: Editorial de la Universidad Nacional de La Plata (EDULP), 2012, p. 91-108.

RESS, Mary Judy. *Ecofeminism in Latin America*. New York: Orbis Books, 2006.

RIECHMANN, Jorge. *¿Problemas con los frenos de emergencia? Movimientos ecologistas y partidos verdes en Alemania, Holanda y Francia*, Madrid: Ed. Revolución, 1991.

_____. Tras la muerte de Petra Kelly y Gert Bastian: desinformaciones e interrogantes», *En pie de paz* nº 26, 1992, p. 54-57.

_____. *Interdependientes y ecodependientes. Ensayos desde la ética ecológica (y hacia ella)*, Cànoves i Samalús, Proteo, Colección Siglo XXI Ética Actual, 2012.

_____. *Para una caracterización del ecosocialismo en diez rasgos*, FUHEM Ecosocial, 2013. Disponible en: <http://www.fuhem.es/ecosocial/articulos.aspx?v=9292&n=0>.

RODRÍGUEZ CARREÑO, Jimena. Frances Power Cobbe y la lucha contra la vivisección como causa femenina en la Inglaterra del siglo XIX. In: Rodríguez Carreño, Jimena (ed.).

Animales no humanos entre animales humanos. Madrid: Plaza y Valdés (Dilemata), 2012, p. 85-115.

SALLEH, Ariel. Naturaleza, Mujer, Trabajo, Capital: La más profunda con- tradición. In: *Ecología Política. Cuadernos de Debate Internacional* nº 2, Madrid: Icaria, 1994.

SHIVA, Vandana. *Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India*. London: zed Books, 1988.

_____. *Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo*, trad. Instituto del Tercer Mundo de Montevideo (Uruguay), Madrid: Cuadernos inacabados 18, ed. Horas y Horas.

VELASCO SESMA, Angélica. Petra Kelly. Cuando el pacifismo es ecofeminista, *EcoPolítica* nº 3, 2010. http://www.ecopolitica.org/index.php?option=com_content&view=article&id=106%3Apetra-kelly-cuando-el-pacifismo-es-ecofeminista&catid=25%3Aecofeminismo&Itemid=1.

_____. Resistencia no violenta para una sociedad igualitaria y sostenible: el pensamiento de Petra Kelly, Madrid: *Daimon. Revista Internacional de Filosofía*, nº 63, 2014. (septiembre-diciembre).

WARREN, Karen (ed.). *Ecological Feminist Philosophies*, Hypatia Book, Indiana University Press, 1996.

VVAA. La Revolución calostrual ha empezado. Monográfico de la revista *The Ecologist para España y Latinoamérica*, nº 48., 2012.

VVAA. Femminismo e questione animale. Monográfico de *DEP. Deportate, esuli, profughe. Rivista Telematica di Studi sulla Memoria Femile*, Università Ca'Foscari Venezia, nº 23, luglio 2013.

Recebido em: 14/04/2026

Aceito em: 13/07/2026